



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 807/2021/PGE-PCC

Referência: Processo administrativo nº 0004.196189/2021-20 - **Tomada de Preços nº 014/2021/CPLO/SUPEL/RO.**

Procedência: Comissão Permanente de Licitação e Obras - CPLO/SUPEL.

Interessado: Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - FUNESBOM.

Objeto: Construção de Organização Bombeiro Militar no Município de São Miguel do Guaporé do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

Valor estimado: R\$ 1.235.360,41 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Recurso. Conhecimento. Qualificação Técnica. Inabilitação. Improcedente.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso interposto pela licitante **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA (ID 0020264928)**, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.
2. O presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos a Tomada de Preços nº 014/2021/CPLO/SUPEL/RO.
4. Não houve apresentação de contrarrazões.

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III. DAS RAZÕES DE RECURSO

III.1. VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA (ID 0020264928)

6. A Recorrente discorda da decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou, afirmando que o atestado de capacidade técnica e acervo técnico apresentado inicialmente continham características

semelhantes ao objeto do certame, como por exemplo a execução das colunas de paredes de concreto armado, e que a diferença é que foi executado na posição vertical, diferente do exigido no edital.

7. Alega que além disso, a empresa anexou um novo Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo DER-RO que tem como objeto construção de bueiro celular de concreto.

8. Argumenta ainda a requerente que esse novo documento apresentado comprova que a empresa possui expertise na construção do objeto ora licitado.

9. Requer que a Comissão reveja e reconsidere a decisão que a inabilitou, tornando-a apta a prosseguir no certame.

IV. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO(ID 0020299464)

10. Decidiu:

- decidiu manter a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 18.08.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput” E NEGAR PROVIMENTO do recurso interposto pela empresa **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA (ID 0020264928)**.

V. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

11. Inicialmente, cabe ressaltar que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

12. Por essa razão, o objetivo da Administração, ao estabelecer algumas exigências, eleitas como indispensáveis, é assegurar a regular execução do contrato com cláusulas fundamentais para o adimplemento das obrigações, em obediência ao disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

13. Pois bem!

14. Em relação ao recurso interposto pela empresa **VERDES MARES** verifica-se que a Comissão de Licitação/CPLO decidiu pela sua inabilitação, tendo em vista que a recorrente não comprovou por ocasião da fase de habilitação a capacitação técnica profissional e operacional para **EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO, USINADO ESPESSURA 20 CM, ARMADURA DUPLA**, descumprindo o exigido no item 16.4 alínea "b" e "d" do edital.

15. Verificou-se que a CPLO inabilitou acertadamente a empresa requerente, (0020032622 fls. 29/37). Nesses documentos apresentados não se verificou as exigências contidas no no item 16.4 alínea "b" e "d" do edital, pois não apresentou nenhum atestado de capacidade técnica, compatível ao solicitado em edital.

16. A empresa recorrente não comprova a compatibilidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado com as exigências dispostas no Edital, portanto sua inabilitação está correta.

17. Sabe-se que a comprovação da capacidade técnica por meio de atestados visa demonstrar que as licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características e quantitativos com aquele almejado na licitação, com o fito de resguardar o interesse da Administração e a perfeita execução do objeto licitado, buscando-se sempre é claro preservar a competição entre os que reúnam condições de executar o objeto de forma satisfatória.

18. De outra banda, como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Com efeito, “aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpre seus deveres e deverá ser inabilitado.

19. Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“ A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

20. O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

VI. CONCLUSÃO

21. Ante o exposto, por se tratarem de questões eminentemente técnicas, recomendo a observância da Decisão do pregoeiro.

22. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração, bem como pelo no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, da Lei Federal 8.666/93.

23. Encerrada a fase de julgamento do recurso administrativo, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

24. O presente parecer deverá **ser submetido a** aprovação por parte do Procurador Geral do Estado, de acordo com a Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

25. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 17/09/2021, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020607452** e o código CRC **DC7A54FA**.